

DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE SURDOS A PARTIR DA LITERATURA SURDA: APORTES DIALÓGICOS NAS PESQUISAS BRASILEIRAS

Erliandro Felix Silva¹
Valquíria Ferreira Ribeiro²
Ana Regina e Souza Campello³

Resumo em Libras



Resumo

A Literatura Surda pode ser entendida como aportes identitários-culturais produzidos a partir dos registros impressos ou em vídeo de manifestações tipicamente relacionadas à comunidade surda. Em nosso país a língua reconhecidamente utilizada por essa comunidade é a Libras. Desenvolvemos uma pesquisa de cunho qualitativo que reflete a importância da educação bilíngue de surdos com a utilização da Literatura Surda, que possibilita reflexões sobre as dificuldades passadas pelos surdos quanto à exclusão, barreiras linguísticas, preconceito e patologização da surdez. Expressa a partir de piadas, poemas, slams, adaptações e criações de histórias, sobretudo infantis, a Literatura Surda enfoca o estímulo visual e pode compor positivamente a apropriação da Libras como primeira língua das crianças surdas, desde os primeiros anos da escolarização. Nossos resultados apontam que a democratização da educação de surdos no país não será alcançada senão sem luta, debates e avanço das produções relativas a esse tipo de literatura.

Palavras-chave:

Literatura Surda. Educação Bilíngue. Democratização do Conhecimento. Libras

Recebido em: 10/05/2023
Aprovado em: 29/06/2023

¹ Instituto Federal de São Paulo – IFSP

² Instituto Federal de São Paulo – IFSP

³ Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES)

DEMOCRATIZATION OF DEAF EDUCATION THROUGH DEAF LITERATURE: DIALOGICAL CONTRIBUTIONS IN BRAZILIAN RESEARCH

Abstract

Deaf Literature can be understood as contributions to identity and culture produced from the printed or video records of manifestations typically related to the deaf community. In our country, the recognized language used by this community is Libras. We developed a qualitative research that reflects the importance of bilingual education for the deaf with the use of Deaf Literature, which enables reflection on the difficulties experienced by the deaf regarding exclusion, language barriers, prejudice, and pathologization of deafness. Expressed through jokes, poems, slans, adaptations and creations of stories, especially children's stories, Deaf literature focuses on the visual stimulus and can positively contribute to the appropriation of Libras as the first language of deaf children, from the first years of schooling. Our results indicate that the democratization of deaf education in the country will not be achieved without struggle, debate and advancement of productions related to this type of literature.

Keywords

Deaf Literature. Bilingual Education. Democratization of Knowledge. Libras.

INTRODUÇÃO

A educação bilíngue deve ser oferecida aos estudantes surdos desde a sua inserção na Educação Básica. A alfabetização em línguas de sinais pressupõe que a Libras é a primeira língua (L1) da comunidade surda no país. Discorreremos sobre os processos que levam a essa apropriação, utilizando-nos da Literatura Surda que se manifesta nas produções culturais que abordam a surdez e a identidade surda a partir do aspecto visual. Indicamos caminhos para que essas produções sirvam de aporte ao bilinguismo. Analisamos as alternativas para a aquisição da Língua Brasileira de Sinais (Libras) a partir da Literatura Surda, pautando-nos na Pedagogia Visual. A Literatura Surda é construída a partir das manifestações culturais e identitárias da comunidade surda. As histórias expressas em materiais impressos ou em vídeo, trazem elementos que remetem à utilização das línguas de sinais, vivências das pessoas surdas na sociedade, escrita de sinais, dentre outros elementos (KARNOPP; SILVEIRA, 2014; GOMIDES; CARVALHO; ROCHA, 2021).

Enfocamos o potencial da Literatura Surda, como estratégia para a aquisição da Libras, enquanto L1, no contexto do ensino bilíngue no Brasil. A Língua Brasileira de Sinais foi oficializada em 2002, por meio da Lei nº 10.436 (BRASIL, 2002, como a língua de comunicação e expressão da comunidade surda brasileira e o ensino bilíngue é uma determinação da Lei 13.146 de 2015 (BRASIL, 2015), que arregimenta que a educação bilíngue se dê, considerando a Libras como primeira língua das pessoas surdas e o português como segunda língua, bem como estimula a ampliação de cursos de formação de intérpretes, oferta de tradução de editais de processos seletivos para ensino superior, estímulo à adaptação e produção de estudos científicos em Libras, dentre outros. Esses e outros dispositivos legais, que consideram a comunidade surda, são produto de uma série histórica de lutas travadas entre os anos 1990 e 2000 pela valorização do povo surdo e maior inserção social, entendendo que o reconhecimento da língua da comunidade surda é também o reconhecimento da identidade e cultura surda, cunhada por essa minoria social e comunicada, ao longo das gerações de surdos (KARNOPP, 2006).

A literatura surda está relacionada com a cultura surda. A literatura da cultura surda, contada na língua de sinais de determinada comunidade lingüística, é constituída pelas histórias produzidas em língua de sinais pelas pessoas surdas, pelas histórias de vida que são frequentemente relatadas, pelos contos,

lendas, fábulas, piadas, poemas sinalizados, anedotas, jogos de linguagem e muito mais. O material, em geral, reconta a experiência das pessoas surdas, no que diz respeito, direta ou indiretamente, à relação entre as pessoas surdas e ouvintes, que são narradas como relações conflituosas, benevolentes, de aceitação ou de opressão do surdo (KARNOPP, 2006, p. 14-15).

A Literatura Surda nasce da necessidade de comunicar e registrar estas histórias, já presentes entre seus membros, por meio de ações que visam a i) tradução de textos escritos para a Libras; ii) adaptação de histórias já consagradas para a realidade das pessoas surdas; e iii) criação de histórias que dialogam com a temática surda. Em geral, as adaptações e criações tem como principais elementos a presença de protagonistas surdos, com características da cultura surda. Conforme Karnopp (2006, p. 100), a Literatura Surda é marcada por um desejo de se (re)conhecer “as minorias linguísticas que desejam afirmar suas tradições culturais nativas e recuperar suas histórias reprimidas”.

Tendo em vista a importância da Literatura Surda como um instrumento de construção identitária para crianças e jovens surdos, a proposta de nosso trabalho visa analisar o potencial de materiais e pesquisas que priorizem a utilização de livros e materiais visuais de disseminação desta literatura, em um contexto de educação bilíngue e de apropriação da Libras, enquanto L1. Nossa principal hipótese, parte do pressuposto de que, ao abordar temáticas pertinentes à comunidade surda, estes materiais estaria também, contribuindo para a inclusão das pessoas surdas em nossa sociedade, em um movimento pelo ser mais, descrito por Paulo Freire (2002; 2010) como um processo de amorosidade e humanização, com base no estímulo ao pensamento crítico e problematizador de si, enquanto sujeito social.

Em cenário recente, tem despontado produções pautadas na identidade surda com potencial na aquisição linguística destes a partir da Pedagogia Visual. A legislação brasileira indica que as crianças surdas devem ser inicialmente socializadas em Libras para, posteriormente, aprenderem a língua portuguesa. Assim, conforme Gomides, Carvalho e Rocha (2021), é possível a inclusão social da comunidade surda a partir de um processo de conquista do exercício da cidadania. Neste ínterim, analisamos uma obra parte da Literatura Surda, questionando: quais relações podem ser estabelecidas entre a literatura produzida e destinada à surdos e à educação emancipatória de Paulo Freire (2002; 2010)? Que contribuições a Pedagogia Visual traz para o ensino da L1 a surdos na Educação Básica?

Dialogamos com referenciais que abordam os preceitos indicados, negando o capacitismo lançado sobre as pessoas surdas, pautando-nos na Pedagogia Crítica de Paulo Freire (2002; 2010) e defendemos a educação plural, a criação de materiais voltados ao ensino de Libras a estudantes surdos desde a inserção destes na Educação Básica e a formação profissional e continuada de docentes na língua, para a diminuição da exclusão e evasão de surdos. Lançamos caminhos para as dificuldades comunicativas embasados na obra: *Eu tenho um amigo dinossauro*⁴, produzida pelo autor e ilustrador surdo Lucas Ramon que reflete sobre as dificuldades comunicativas enfrentadas por crianças surdas.

O presente artigo está organizado da seguinte maneira: inicialmente abordamos algumas considerações sobre a surdez e a educação bilíngue oferecida aos surdos. Em seguida, delineamos alguns debates sobre a Literatura Surda, a mediação literária e a educação libertadora de Paulo Freire (2002; 2010). Posteriormente, mostramos caminhos possíveis na obra de Lucas Ramon e a educação bilíngue.

SURDEZ E EDUCAÇÃO BILÍNGUE: DA DEFICIÊNCIA À DIFERENÇA

A Língua Brasileira de Sinais (Libras) foi oficializada como a língua da Comunidade Surda em 2002 (BRASIL, 2002; 2005). Após essa oficialização, outros dispositivos foram regulados, considerando a importância da criação de meios comunicativos democráticos que incluam os surdos em nossa sociedade (BRASIL, 2010; 2015; 2021), culminando, recentemente, na aprovação da educação bilíngue na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Ressaltamos a dicotomia criada entre a surdez e o ouvintismo, com o condicionamento dos surdos à equiparação ao padrão ‘ouvinte’, considerando os aportes abordados por Freire (2002) sobre a opressão sentida a partir do apagamento da comunidade surda pela desconsideração de sua língua e de sua cultura. Sobre esse apagamento que leva à opressão, Freire (2002) expressa:

A Pedagogia do oprimido que, no fundo, é a pedagogia dos homens empenhando-se na luta por sua libertação, tem suas raízes aí. E tem que ter nos próprios oprimidos, que se saibam ou comecem criticamente a saber-se

⁴ Essa e outras obras do autor podem ser acessadas, assim como o contato direto com ele a partir do seguinte endereço: <https://www.instagram.com/ramonlucas028/>.

oprimidos, um dos seus sujeitos. Nenhuma pedagogia realmente libertadora pode ficar distante dos oprimidos [...]. Esta é a razão pela qual, como já afirmamos, esta pedagogia não pode ser elaborada nem praticada pelos opressores. Seria uma contradição se os opressores, não só defendessem, mas praticassem uma educação libertadora (FREIRE, 2002, p. 22).

As mudanças que marcaram a sociedade brasileira nas últimas duas décadas, proporcionaram o aumento da visibilidade das pessoas surdas, influenciando também o interesse pela aprendizagem da Libras⁵. A maior inserção do surdo em na sociedade resultou em políticas pautadas no ensino bilíngue (português-Libras), sendo essa, a língua definida para a instrução primeira das Comunidades Surdas. Conforme explicam Leite e Cabral (2022, p. 433) “essa luta pelo reconhecimento legal da Libras e pela educação bilíngue dos surdos [é considerada] como ato decolonial de movimento da resistência surda”.

O Decreto 5.626 de 2005 define a pessoa surda como “[...] aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras” (BRASIL, 2005). Por sua vez, a Lei 12.319 de 2010 (BRASIL, 2010) oficializa a profissão dos tradutores e intérpretes, que realizam a mediação entre os surdos, pela Libras e a comunicação oral-auditiva, estabelecida pelos interlocutores ouvintes. Além disso, a Lei 13.146 de 2015 determina a “oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas” (BRASIL, 2015).

Mesmo com os avanços legislativos, as políticas implementadas na prática para as pessoas surdas, que constituem ainda uma minoria linguística difícil de ser mensurada por organismos como o IBGE (BRASIL, 2010), por exemplo, ainda são escassas e a falta de atendimento desse público em diferentes instâncias sociais, resulta em sua marginalização social. Mesmo sendo uma garantia estabelecida em lei, é comum encontrarmos relatos da falta de acessibilidade linguística, o que gera insegurança no engajamento em práticas sociais comuns, como a ida ao banco ou hospital, ou mesmo a busca pela escolarização. Conforme Gesser (2008), as denominações deficiente-auditivo, surdo-mudo e mudo estão presentes na sociedade

⁵ “Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil” (BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002).

e carregam estigmas pejorativos que interferem nas unidades de representação e identificação cultural.

Esses discursos, fazem parte de um “discurso ideológico dominante construído nos moldes do oralismo, que localiza o surdo em dimensões clínicas e terapêuticas da “cura”, da “reeducação” e da “normalização”” (GESSER, 2008, p. 225). Corroborando com esse entendimento Santana e Bergamo (2005, 566) explicam que: “os surdos sempre foram, historicamente, estigmatizados, considerados de menor valor social. Afinal, faltava-lhes a característica eminentemente humana: a linguagem (oral, bem entendido) e suas virtudes cognitivas”. Essa negação de formas outras de comunicação resultam no processo de dominação linguística, a colonização, que torna inferiorizados e ‘menos humanos’, aqueles que não se igualam aos padrões predominantemente estabelecidos (LEITE; CABRAL, 2022).

Por outro lado, o termo surdo é utilizado com vistas a promover um reconhecimento político da surdez. Para esse reconhecimento da cultura e identidades surdas, as línguas de sinais representam um papel central, o que não quer dizer que o surdo também não possa aprender o português. Contudo, a comunicação e expressão por meio da Libras marca incorporações importantes para a expansão de conhecimentos acerca dessas identidades. “Antes, os surdos eram considerados deficientes e a surdez era uma patologia incurável. Agora, eles passaram a ser “diferentes”. (SANTANA; BERGAMO, 2005, p. 567).

Nesta acepção, cabe refletir sobre as possíveis definições para ‘cultura’ e ‘identidade surda’, considerando-se sua pluralidade e heterogeneidade:

Apesar dos avanços na área, quando se discute políticas públicas em relação às línguas minoritárias, há que se considerar a necessidade de regras, leis, planejamentos mais específicos com o intuito de formar professores para o ensino de surdos, mas também em relação à necessidade de maior número de contratações de intérpretes e professores surdos para atuarem nas escolas inclusivas, bem como a determinação da inserção do ensino de Libras aos alunos surdos na grade curricular, de forma semelhante ao que já existe em relação ao ensino de língua portuguesa (Língua Materna) para alunos ouvintes. É preciso, também, pensar em política correlata para alunos surdos: eles também precisam conhecer, via escola, sua língua de modo mais formal, vinculado aos textos científicos veiculados pela escola. Essa é uma forma de construção de política mais assertiva em relação às minorias a fim de que a escola tenha, de fato, um projeto para os alunos surdos (SILVA; KUMADA; AMADO, 2018, pp. 284-285).

Desta forma, cabe a adoção de políticas públicas para a inclusão de estudantes surdos no cenário da educação nacional. Corroborando com este entendimento,

Santana e Bergamo (2005) reiteram a importância da Libras para a legitimação da cultura e identidade surda, que representou não somente repercussões linguísticas e cognitivas, mas também sociais. Contudo, não é puramente uma língua que atribui identidade ao sujeito, mas sim a inserção em práticas sociais, antes desconhecidas, ou negadas aos surdos, que a aquisição da Libras proporciona. Para tanto, enfocamos neste estudo a Literatura Surda como uma forma de ensino eficiente na mediação da Libras como L1. Abordamos esses pormenores na seção seguinte.

LITERATURA SURDA EM DEBATE: A IMPORTÂNCIA DOS APORTES CULTURAIS EM LIBRAS

Uma mediação literária satisfatória visa a conduzir “eficazmente às práticas de leitura literária que ocorrem no contexto social e às atitudes e valores próprios do ideal de leitor que se quer formar” (SOARES, 1999, p. 47). Para tanto, é necessário que se indague “[...] ao texto quem e quando diz, o que diz, como diz, para que diz e para quem diz. Respostas que só podem ser obtidas quando se examinam os detalhes do texto, configura-se um contexto e se insere a obra em um diálogo com outros tantos textos” (SOUZA; COSSON, 2011, p. 103). Desta forma, o contato com textos literários poderá possibilitar a construção de um repertório leitor e, no caso abordado aqui, um repertório de sinais, que condiga com as realidades destes alunos em situação de apropriação da língua.

Considerando os aspectos discutidos acima, buscamos aqui, articular uma mediação literária, que considere a apropriação de letramentos em um nível sociocultural eficiente, à educação libertadora prezada por Freire (2002; 2010). A intenção é estimular a mediação literária, atuando na apropriação de sinais em Libras, enquanto L1, bem como, fomentar o pensamento crítico das crianças acerca de suas próprias realidades e história da comunidade surda. Conforme indica Jeremias (2018) a alfabetização de surdos em nosso país tem passado por caminhos tortuosos. Para tanto, a articulação entre a alfabetização e o letramento potencializa a inserção social da comunidade surda na medida em que a Libras é ensinada como a L1 e a língua portuguesa como a L2. Para essa autora, é importante que sejam estabelecidos debates que problematizem o ensino de surdos, assim como a reformulação dos currículos e formação profissional adequada para que as orientações legislativas sejam devidamente cumpridas.

A Libras, apesar de seu reconhecimento como a língua da comunidade surda, não repercute nas legislações quanto à substituição da língua portuguesa escrita, tampouco figura em nosso país como uma segunda língua brasileira. Esse fato dificulta sua institucionalização, sobretudo quanto à construção de aportes que levem à alfabetização e letramento de surdos. Cabe à Pedagogia Visual a construção de caminhos que facilitem o entendimento da Libras como um ‘artefato’ cultural, apreendendo o mundo a partir dos aportes da Pedagogia Visual.

É difícil pensar que um sujeito surdo é automaticamente letrado sem desenvolver qualquer espécie de consciência linguística, principalmente porque sabemos que eles vivem em um contexto bilíngue no qual a Libras serve como língua de instrução (JEREMIAS, 2018, p. 15).

Entendido neste trabalho como um artefato inclusivo, a Literatura Surda dialoga com a cultura e a identidade surda, desmistificando movimentos históricos de exclusão. A surdez ainda é vista a partir de um viés patológico, como uma deficiência. Em razão disso, a Literatura Surda vem abordando a surdez, as experiências das pessoas surdas e o uso da Libras de uma forma positiva, promovendo a democratização do acesso destas à sociedade. A cultura, para Karnopp e Silveira (2014) molda as formas sobre as quais as pessoas veem e interpretam o mundo, fazendo-se nas narrativas de seus próprios protagonistas.

A Literatura Surda manifesta-se, em geral, nas histórias contadas em línguas de sinais, passadas de geração em geração. Ela pode ser encontrada na tradução em vídeo de obras clássicas, reescrita e adaptações de obras clássicas às narrativas surdas, relato e/ou adaptação de obras clássicas em vídeo, escrita original impresso de vivências da comunidade surda e criação de vídeos originais com essas narrativas (GOMIDES; CARVALHO; ROCHA, 2021). “[...] essas são produções feitas por pessoas surdas e consideram aspectos políticos e identitários, em busca da visibilidade de aspectos sociais, culturais e linguísticos da comunidade” (GOMIDES; CARVALHO; ROCHA, 2021, p. 739).

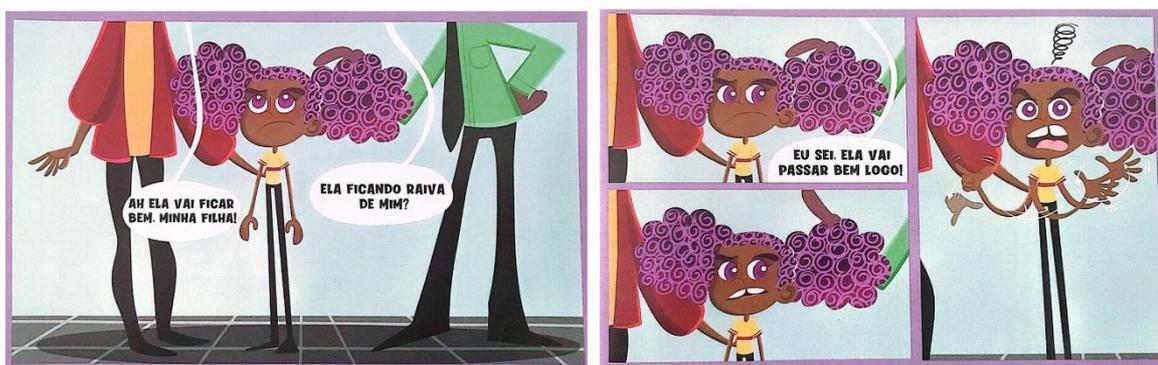
Direcionamos nossos esforços na seção seguinte em demonstrar como se apresenta uma das obras consideradas como parte da Literatura Surda, lançando alguns pressupostos acerca da mediação dos conteúdos ao longo da educação bilíngue.

APORTES SÓCIO-CULTURAIS A PARTIR DA REPRESENTAÇÃO DE NALA NA LITERATURA SURDA

Na presente seção passamos a abordar com maior ênfase uma obra presente na Literatura Surda e algumas articulações possíveis. Nala é uma criança surda de nove anos. Assim como 95% dos surdos brasileiros, Nala nasceu em uma família composta por pais ouvintes que não se comunicam por Libras, mas sim, pela língua portuguesa, da modalidade oral. Essa diferença na modalidade comunicativa leva a muitos conflitos entre surdos e ouvintes, sobretudo, pela imposição das línguas orais auditivas sobre as línguas de sinais (GOMIDES; CARVALHO; ROCHA, 2021). Ao se sentir incompreendida em meio a uma interação oral, Nala dirige-se para o seu quarto e abraça seu dinossauro de pelúcia. Em sonho, o dinossauro ganha vida e torna-se o único amigo da criança que se comunica como ela por Libras.

Os impasses comunicativos são mostrados já no início da história com a predominância do discurso escrito e expressões faciais da menina que indicam a incompreensão daquilo que está sendo comunicado (fig. 1):

Figura 1: Contextualização da narrativa da obra. Nala é uma criança surda cujos pais são ouvintes. Ela se comunica por Libras e eles pela língua portuguesa oral.



Fonte: Ramon (2021)

A partir de sua busca por isolamento por incompreensão, no sonho com o dinossauro, uma relação de pertencimento é construída (fig. 2):

Figura 2: Nala se retira para o seu quarto, face às limitações comunicativas. Ao se deitar abraçando seu dinossauro de pelúcia, Nala sonha que esse dinossauro

conteúdos originais, com a forte influência imagética, narrativas comuns na comunidade surda e presença da Libras nas imagens e no andamento da história.

A breve reflexão estabelecida neste artigo mostra que permanecer no ensino de português escrito para surdos, que ainda não se apropriaram da Libras é, ao mesmo tempo, contribuir para o oferecimento de uma educação bancária, conforme aborda Freire (2010). Este fato provoca, como tem mostrado nossas estatísticas oficiais, a evasão em cerca de 23% de estudantes surdos entre 2011 e 2016 (INEP, 2021). Desta feita, mediações baseadas no diálogo e reflexão crítica podem levar os estudantes a questionarem as estruturas sociais nas quais estão inseridos, além de promover uma alfabetização que se relacione aos seus contextos sociais e, por isso, menos depositária e mais condizente com os usos sociais possíveis.

A Literatura Surda permite pensar as assimetrias nas quais os surdos são, de forma recorrente, enquadrados, postos em situações de desprestígio e subordinação em relação aos ouvintes. Neste sentido, a ideia de *ser mais*, está diretamente atrelada a emancipação, já que: “Faz-se necessário a criação de espaços de ação-reflexão, reflexão-ação que propiciem que o “ser mais” se emancipe, pois este, está inscrito na natureza dos seres humanos” (FREIRE, 2010, p. 75). Os espaços educacionais podem ser potencializadores para que tal relação se estabeleça, por essa razão, incentivamos o uso da Literatura Surda nos espaços escolares, principalmente na educação bilíngue de estudantes surdos.

Uma das principais críticas de Freire (2010) é a educação que se faz a partir da lógica do mercado, que permanece na desumanização e desconfiguração das necessidades individuais, sobretudo, educativas:

O discurso da Globalização que fala da ética esconde, porém, que a sua é a ética do mercado e não a ética universal do ser humano, pela qual devemos lutar bravamente se optamos, na verdade, por um mundo de gente. O discurso da globalização astutamente oculta ou nela busca penumbra a reedição intensificada ao máximo, mesmo que modificada, da medonha malvadez com que o capitalismo aparece na história. O discurso ideológico da globalização procura disfarçar que ela vem robustecendo a riqueza de uns poucos e a miséria de milhões (FREIRE, 2010, p. 144).

Da mesma forma, um estado de emancipação em Freire (2002) diz respeito à busca pela libertação, com base no entendimento de si enquanto ser oprimido, mas com o desejo de se libertar e alcançar ser mais. Essa busca “só faz sentido se os oprimidos buscarem a reconstrução de sua humanidade e realizarem a grande tarefa

humanística e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e os opressores” (FREIRE, 2002, p. 30). Aliada à perspectiva do Letramento Literário, a Pedagogia Libertadora de Freire (2002) pode favorecer instrumentais para que os alunos surdos pensem acerca de sua própria condição na sociedade, questionando as estruturas e assimetrias sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades desenvolvidas a partir das obras que são parte da Literatura Surda abordam elementos presentes na vida dos estudantes, em um esforço para a criação de identificação entre a própria história e a obra, além da contribuição ao aumento do repertório em sinais, já que as perguntas estipuladas pelo material extrapolaram o livro, podendo abarcar diferentes esferas da vida social das crianças. Defendemos que mais livros sejam produzidos no âmbito da Literatura Surda, bem como, que haja uma maior socialização destes em espaços de educação bilíngue, ou mesmo de ensino voltado apenas para ouvintes, tendo em vista uma redução do preconceito e assimetrias sociais nas quais a comunidade surda, infelizmente ainda se enquadra.

Infelizmente, a maioria dos surdos nascem em famílias compostas exclusivamente por pessoas ouvintes, fazendo com que estas passem por processos clínico-terapêuticos de correção da surdez, assumindo-se surdos e aprendendo a Libras em momentos diferentes daqueles considerados mais adequados para os estudos sobre a alfabetização. Por essa razão, é importante avaliar a proficiência, principalmente de adultos em Libras, porque eles adentram nos espaços escolares com baixa proficiência em sua língua materna. O que promove uma necessidade de que os conhecimentos destes alunos sejam aferidos e seus níveis compreendidos, para que eles recebam, a partir do nível de apropriação linguístico demonstrado, os conhecimentos dos quais necessitam, de uma forma mais adequada. As dificuldades são descobertas na avaliação e podem ser sanadas, ou diminuídas, a partir desse conhecimento ou reconhecimento.

Não há como estabelecer um ensino para surdos sem a consideração de sua primeira língua que é a Libras. Esse conhecimento deve estar suficientemente construído para que a L2 passe a pautar o ensino destes. A visualidade deve ocupar a posição central, com o surdo sendo entendido como alguém que necessita da exploração de seu campo viso-espacial no ato de aprender. Apenas quando começarmos a pensar nas especificidades da Comunidade Surda, teremos subsídios

para realizar o ensino bilíngue de forma democrática e realmente integrativa. Nesta esteira, a Literatura Surda é fundamental para que o diálogo entre as duas línguas seja estabelecido, bem como, o respeito à identidade e à cultura surda.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 06 abr. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm#art1. Acesso em: 06 abr. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 06 abr. 2021.

BRASIL. **Lei nº 14.191 de 3 de agosto de 2021.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14191.htm#art2. Acesso em: 10 mai. 2023.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** Ed Paz e Terra, Rio de Janeiro. 34^a Edição. 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia.** Saberes necessários à prática educativa. 42^a Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

GESSER, A. **Do patológico ao cultural na surdez: para além de um e de outro ou por uma reflexão crítica dos paradigmas.** Trabalhos em Linguística Aplicada, v. 47, p. 223-239, 2008. Disponível em: www.scielo.br/pdf/tla/v47n1/v47n1a12.pdf. Acesso em: 10 mai. 2023.

GOMIDES, P. A. D.; CARVALHO, G. T.; ROCHA, T. C. da C. **Literatura surda e percursos sócio-históricos de formação de dois professores surdos.** Trabalhos em Linguística Aplicada, Campinas, SP, v. 60, n. 3, p. 735-747, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tla/a/MTZccxwhFXzyLWPzGSbF8FC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 mai. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat=-1,-2,-3,128&ind=4643>. Acesso em: 10 mai. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Dados abertos.** 2021. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/dados>. Acesso em: 08 abr. 2021.

JEREMIAS, D. do A. **Alfabetização de surdos: por uma prática alinhada ao modelo ideológico de letramento.** Revista Linguagens & Letramentos, Cajazeiras - Paraíba. v. 3, nº 1, 2018. Disponível em: <https://cfp.revistas.ufcg.edu.br/cfp/index.php/linguagensletramentos/article/view/1013>. Acesso em: 10 mai. 2023.

KARNOPP, L. B. **Literatura Surda.** ETD – Educação Temática Digital, Campinas, v.7, n.2, p.98-109. 2006. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/795>. Acesso em: 10 mai. 2023.

KARNOPP, L. B.; SILVEIRA, **Humor na Literatura Surda.** Educar em Revista, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 2/2014, p. 93-109. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/37230>. Acesso em: 10 mai. 2023.

LEITE, L. de S.; CABRAL, T. B. **Educação de surdos e colonialidade do poder linguístico.** Letras & Letras: Uberlândia, v. 37, n. 2, 2021.

RAMON, L. **Eu tenho um amigo dinossauro.** Belo Horizonte: Ed. do autor. 2021.

SANTANA, A. P.; BERGAMO, A. **Cultura e identidade surdas: encruzilhada de lutas sociais e teóricas.** Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 91, p. 565-582. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/hxDxvJQjCZy8MCdBGLgGNnK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 mai. 2023.

SILVA, I. R.; KUMADA, K. M. O.; AMADO, B. C. Libras, português e ciências para surdos: reflexões necessárias para uma prática escolar bilíngue. *In.*: SILVA, I. R.; SILVA, M. P. M. **Letramento na Diversidade: surdos aprendendo a ler/escrever.** Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2018.

SOARES, M. A escolarização da literatura infantil e juvenil. *In.*: EVANGELISTA, A. A. M. et al (Orgs.). **A escolarização da leitura literária: o jogo do livro infantil e juvenil.** Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SOUZA, R. J. de; COSSON, R. **Letramento Literário: uma proposta para a sala de aula.** Acervo Digital da UNESP, 2011. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/handle/123456789/40143>. Acesso em: 17 jul. 2020.